

Desenvolvimento Brasileiro no Início do Século XXI:

Crescimento Econômico, Distribuição de Renda e Destruição Ambiental

Introdução

Há mais de duas décadas o modo de produção capitalista está em crise. Tal fato se apresenta de diferentes maneiras e em distintos locais, recebendo, inclusive, denominações indevidas¹. Tal fenômeno tem provocado impactos sobre os rumos do desenvolvimento em diversas regiões do planeta, recolocando na ordem do dia a necessidade de se rediscutir o atual padrão de desenvolvimento mundial.

Neste mesmo período, por mais contraditório que pareça ser, alguns países conseguiram mudar sua dinâmica de desenvolvimento, apresentando resultados macroeconômicos extremamente favoráveis. Em grande medida, esse movimento esteve associado ao cenário econômico positivo verificado nos chamados “países emergentes”, com destaque para a China, Índia, Brasil, Rússia e África do Sul, dentre outros. Este processo gerou um pequeno ciclo expansivo que acabou sendo abortado ainda em 2008, quando a crise atingiu também o coração do sistema econômico capitalista mundial².

O caso brasileiro, especificamente, é importante para ser analisado neste contexto. Assim como na grande depressão da década de 1930, quando o país instituiu o modelo urbano-industrial de desenvolvimento – também conhecido como modelo de substituição das importações –, na crise atual o país volta-se ao seu passado e reinstalou uma estratégia que passou a ser chamada de “Novo Desenvolvimentismo”. Isto porque muitos elementos da “estratégia

- 1 Na década de 1990 foram as crises da América Latina e Asiática; na primeira década do Século XXI foi a crise Norte-Americana e, a partir de 2008, a crise dos países desenvolvidos. Atualmente se fala apenas na crise da “Região do Euro”. Na verdade, todos esses episódios confirmam que se vive mais uma crise sistêmica, de longa duração, a qual vem afetando as economias e as sociedades globalmente.
- 2 Registre-se que, diferentemente da forma que os meios de comunicação divulgam os problemas econômicos em curso como se eles ocorressem isoladamente, há mais de duas décadas a economia capitalista mundial está em crise, sendo que neste momento a parte central do sistema passou a ser afetada, tanto na esfera produtiva como financeira. Portanto, esta é mais uma crise sistêmica global que pode ser agregada às demais que ocorreram historicamente após a conformação do capitalismo.

desenvolvimentista” anterior são retomados após duas décadas de domínio quase que absoluto das idéias liberais, especialmente nas esferas econômica e política.

De um modo geral, pode-se dizer que o desenvolvimentismo do Pós-Guerra foi construído a partir de uma articulação específica entre parte do ínfimo setor empresarial nacional existente na época; as burocracias estatais; e os interesses empresariais internacionais que financiaram a industrialização do país. Esta construção criou no imaginário social a ideologia do país potência, cujo ideário teve fôlego até se esvaír com a crise generalizada do início dos anos de 1980. Apesar de tal modelo deixar um país industrializado – ainda que incompleto em algumas áreas – herdou-se também um conjunto de deficiências estruturais e um país marcado pelas diferenças regionais e sociais, chamando atenção para o expressivo processo de exclusão social explicitado pelos indicadores de pobreza e de miséria de amplas camadas da população.

Em grande medida, são partes dessas questões que retornam à agenda política do país no limiar do Século XXI e que problematizam o debate atual sobre o desenvolvimento brasileiro. Visando discutir alguns temas relativos a esse debate, o artigo contém mais quatro seções, além dessa introdução. Na primeira delas faz-se uma breve síntese do que está sendo denominado de “Novo Desenvolvimentismo” e das políticas adotadas para sua implementação. A segunda seção apresenta alguns resultados dessa estratégia de crescimento com redução das desigualdades, destacando-se o crescimento do PIB, a redução da desigualdade de renda e a expansão dos níveis salariais. A terceira seção mostra dois aspectos cruciais desse modelo: o forte crescimento das exportações de commodities baseado no uso intensivo dos recursos naturais e a construção de grandes obras com impactos diretos sobre as populações e o meio ambiente. Finalmente, a quarta seção apresenta as considerações finais, destacando-se alguns avanços em termos econômicos e sociais, porém chamando atenção para algumas contradições do atual modelo brasileiro de desenvolvimento.

O desenvolvimentismo brasileiro do século XXI

o debate sobre desenvolvimento retomou seu espaço na agenda pública em todo o mundo e, mais particularmente, na América Latina, devido a dois fatores básicos: o fracasso das reformas políticas e econômicas das duas últimas décadas do Século XX propostas pelas agências multilaterais (FMI e Banco Mundial) e o grave problema social decorrente da exclusão de milhões de pessoas do acesso aos mercados (trabalho, de bens, etc.) e aos serviços básicos, como saúde, educação, habitação e saneamento.

No caso brasileiro, esse debate é retomado considerando-se alguns aspectos fundamentais que deveriam fazer parte de um novo projeto nacional desenvolvimentista, tendo em vista que o modelo que vigorou no Pós-Guerra visava industrializar o país de forma protecionista e reservando um papel expressivo ao Estado, o qual não atuou apenas como indutor do desenvolvimento, mas, sobretudo, como investidor e produtor de mercadorias. Os tempos

mudaram e os desafios atuais são de natureza distinta. É sobre eles que os “novos desenvolvimentistas”³ estão construindo uma agenda de debates e um conjunto de proposições, visando apresentar uma estratégia alternativa, tanto à ortodoxia convencional como ao antigo nacional desenvolvimentismo.

No Brasil, adotou-se no pós-guerra um modelo de desenvolvimento conhecido como Modelo de Substituição de Importações (MSI), que tinha a finalidade básica de industrializar a região, livrando-a de sua dependência histórica em relação aos países centrais. Para tanto, o Estado foi o grande incentivador desse modelo, ao disponibilizar a rede de infraestrutura básica, bem como viabilizar os financiamentos necessários ao processo de industrialização. Além disso, o próprio Estado participou como produtor industrial em alguns ramos de atividade, especialmente naqueles que possuíam riscos elevados e exigiam quantidades enormes de recursos financeiros.

Esse modelo ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentismo”, uma vez que buscava promover o desenvolvimento econômico e a consolidação da nação, sendo o Estado o elemento catalisador desse processo. Dentre as características centrais daquele modelo destacam-se o protecionismo tarifário generalizado destinado ao setor industrial durante a vigência do MSI; o papel do Estado que assumiu, simultaneamente, as tarefas de planejamento, financiamento e produção de insumos básicos, além da infraestrutura necessária, particularmente nas áreas de energia, transportes e comunicações; e o papel desempenhado pela política industrial durante a vigência do “nacional-desenvolvimentismo” que, apesar do impulso dado pelo Estado, gerou desequilíbrios setoriais importantes, particularmente no setor de bens de capital, além de defasagens tecnológicas e baixa competitividade internacional.

Existem diversas explicações sobre a queda do “antigo desenvolvimentismo”. Duas delas, porém, foram consideradas decisivas. Por um lado, a exaustão da estratégia de substituição das importações, uma vez que a excessiva proteção industrial e o baixo grau de inserção no comércio internacional limitaram o crescimento econômico. Por outro, a crise da dívida externa, que contribuiu decisivamente para deteriorar a situação financeira do setor público, limitando suas condições de financiamento, bem como acelerou o processo inflacionário que tomou conta da economia por quase duas décadas.

O Novo Desenvolvimentismo entende que a indústria brasileira já está madura e, portanto, não faz mais sentido no estágio atual manter um protecionismo indiscriminado que já deveria ter sido eliminado a partir dos anos de 1960/1970, período em que a combinação de um modelo exportador com o desenvolvimento

3 Na verdade, trata-se de um debate quase que restrito às opções de política econômica que deveriam ser adotadas no início do primeiro Governo Lula. Portanto, a expressão “Novo Desenvolvimentismo” faz parte das discussões gerais que ocorreram no país quando da ascensão de Lula a presidência da república. Por isso, referida expressão não pode ser tomada como um movimento político, muito embora as proposições decorrentes desses debates caminhassem no sentido contrário a maioria das políticas macroeconômicas adotadas pelo Governo FHC.

do mercado interno deveria ter sido a estratégia que agora está sendo proposta.

Além disso, afirma-se que no atual estágio produtivo não faz mais sentido a existência de um “Estado-Empresário”. Isto não quer dizer que esteja sendo defendida por esse grupo a ideologia do “Estado Mínimo”, ao contrário propõe-se o fortalecimento do Estado nos campos político, regulatório e administrativo.

Finalmente, entendem a importância da adoção de uma política industrial, porém esta deve estar situada no âmbito da política macroeconômica do país com o objetivo de estimular a competitividade da indústria e melhorar a inserção do país no comércio internacional.

Desta forma, na estratégia “novo desenvolvimentista” o Estado continua tendo papel de destaque, porém com funções distintas daquelas exercidas no período anterior. Dentre suas principais funções, destacam-se: a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda.

Além disso, a estratégia “novo desenvolvimentista” prevê uma ação forte do Estado na área social com o objetivo de reduzir a pobreza e as desigualdades. Para tanto, devem ser fortalecidos os programas sociais universais, sobretudo nas áreas de saúde, educação, nutrição e assistência social, combinados com ações focalizadas, como o programa de renda mínima.

Finalmente, o novo desenvolvimentismo entende também que o Estado ainda pode investir em alguns setores estratégicos, porém não com base nos endividamentos do passado recente. Isto porque os tempos atuais mostram que também o setor privado nacional deve disponibilizar recursos e suas capacidades gerenciais a favor dos investimentos produtivos. Neste caso, caberia ao Estado ser o defensor e garantidor da concorrência capitalista.

Essas distintas estratégias de desenvolvimento se explicitam nos instrumentos de política econômica a ser seguida. Partindo do pressuposto que é necessária uma maior coordenação das políticas para se atingir a estabilidade macroeconômica, o “Novo Desenvolvimentismo”⁴ propõe uma agenda de políticas, tendo como foco central a manutenção do controle inflacionário, a administração das taxas de juros e de câmbio e o equilíbrio fiscal, através de um rigoroso controle da dívida pública. Além disso, propõe também a adoção de outras políticas econômicas

4 Em trabalho que consta das referências bibliográficas (Mattei, 2011) mostrei a gênese deste debate. De forma bem sintética, pode-se dizer que há três grupos de pesquisadores que estão coordenando esse debate. O primeiro deles localiza-se na FGV-SP, sob a liderança do prof. Bresser-Pereira; o segundo grupo funciona no IE-UFRJ sob a coordenação dos professores Fernando Cardim e Luís Fernando de Paula; finalmente, o terceiro grupo é oriundo da equipe de pesquisadores do IPEA que, sob a liderança de Marcio Pochmann, colocaram a temática do desenvolvimento como prioridade daquela instituição.

com o intuito de romper com a estagnação e elevar o crescimento do país.

Paralelamente a isso, os “novos desenvolvimentistas” propõem, ainda, um regime cambial flutuante administrado, em que o Banco Central (BC) atue no sentido de evitar volatilidades excessivas na taxa de câmbio no curto prazo. Para tanto, sugerem a criação do Fundo de Estabilização Cambial com recursos do Tesouro Nacional para dar condições às autoridades monetárias de atuar comprando e vendendo moeda quando isto for necessário para manter a taxa de câmbio em equilíbrio.

Isso permitiria que a economia brasileira tivesse uma política cambial competitiva que, além de manter a conta corrente equilibrada, ajudaria a ampliar a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados externos e estimular os investimentos e a própria poupança. Essa política cambial competitiva associada a uma política industrial e tecnológica permitiria ao Brasil ingressar no grupo dos países com exportações de maior conteúdo tecnológico.

Como medida secundária de apoio a esta estratégia de regime cambial foi sugerida a adoção de políticas de controle da entrada de capitais no país, as quais seriam definidas a partir do nível de liquidez na economia mundial. Esta tarefa, para além da função de controle da taxa de juros, caberia ao BC que deveria atuar também no sentido de garantir um câmbio competitivo e compatível com o saldo em conta corrente.

Essas proposições indicam a necessidade de fortalecimento de um Estado-Nação que seja capaz de cuidar, primeiramente, dos interesses do povo a ele circunscrito e, posteriormente, participar de fóruns internacionais visando à cooperação com as demais nações. Esta é a lógica que permeia a ação de todos os países ricos que, particularmente do ponto de vista econômico, em primeiro lugar são todos nacionalistas⁵.

Crescimento econômico com distribuição de renda

o abandono do projeto nacional-desenvolvimentista entre os anos de 1980 e 1990 – período de domínio das políticas neoliberais - fez a economia brasileira recuar várias posições no ranking mundial, ao mesmo tempo em que as taxas de desemprego e de exclusão social passaram a se situar entre as maiores do mundo. Este foi um período marcado por altas taxas de inflação, baixo dinamismo econômico, crise fiscal e financeira do Estado e redução das estruturas de gastos públicos, especialmente na esfera social, paralelamente à expansão da especulação financeira e da financeirização da riqueza produzida no país.

É precisamente esta trajetória que sofreu uma inflexão no limiar do Século XXI quando se adotou um “novo desenvolvimentismo” assentado na defesa da produção nacional e do mercado doméstico, paralelamente à adoção de políticas distributivas e de articulação de um sistema de proteção social

5 Aqui se ressalta que as ações dos países desenvolvidos (ricos) consiste, em primeiro lugar, defender sua estrutura produtiva e os interesses de seus conglomerados empresariais. Decorrem daí todas as políticas de subsídios e os programas de proteção dos produtos nacionais. Tanto os países europeus como os EUA são exemplos neste sentido.

voltado à erradicação de um dos principais flagelos sociais: o elevado índice de pobreza da população brasileira. Para tanto, foi decisiva a combinação de três políticas setoriais: estímulo ao emprego formalizado; valorização dos salários, especialmente do salário mínimo; e programas de transferência de renda.

O ano de 2012 iniciou com uma notícia amplamente divulgada no país e no mundo: o Brasil passou para a sexta posição no ranking econômico mundial, posição esta que anteriormente era ocupada pelo Reino Unido, considerando-se apenas o Produto Interno Bruto (PIB). Isto para um país que se situa entre os cinco mais populosos do mundo, com 192 milhões de habitantes.

Desde o início do presente século o país tem adotado uma política econômica que se assenta em um tripé básico: geração de superávits primários; adoção de uma política cambial flutuante; e implantação do regime de metas inflacionárias. De algum modo, essas políticas – potencializadas pelo boom global dos preços das commodities – acabaram gerando saldos macroeconômicos extremamente positivos para o país, mesmo que diante de um cenário de crise na economia mundial.

Somadas a esse grupo de política macroeconômica, adotou-se um conjunto de políticas setoriais (novas políticas energética e industrial), de crédito para produção e para o consumo, e políticas sociais com ampliação e consolidação do sistema de proteção social definido na Constituição de 1988. Com isso, gerou-se um novo ambiente macroeconômico mais confiável, tornando o país um dos centros de investimentos globais em um período marcado pela crise mundial.

Ao mesmo tempo, não se pode deixar de mencionar mais duas importantes mudanças que estão em curso, as quais vêm atuando de forma positiva na construção desse cenário favorável ao país. Por um lado, está ocorrendo uma expressiva mudança no perfil demográfico do país, que agora passa a consolidar-se como uma sociedade com jovens, pessoas maduras e uma camada expressiva de idosos. Por outro, está em curso, desde a reestruturação produtiva dos anos de 1990, certa desconcentração da base produtiva, especialmente da indústria e da agropecuária, mesmo que a região Sudeste ainda se mantenha como centro dinamizador da indústria nacional.

A seguir serão discutidos alguns indicadores da primeira década do Século XXI que revelam esse novo padrão de crescimento socioeconômico do país. A tabela 1 apresenta o comportamento da inflação, do PIB e da dívida líquida em relação à produção bruta do país. O regime de metas inflacionárias foi instalado em 1999, sendo que o alvo e o intervalo são definidos a cada ano (em 2011, por exemplo, o alvo da meta foi de 4.5%, sendo o intervalo de variação de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, o que permite administrar uma inflação anual entre 2.5 e 6.5). De um modo geral, observa-se que ao longo do período considerado somente nos anos de 2001 e 2003 a meta não foi atingida, sendo que no ano de 2004 a meta somente foi atingida após uma revisão adotada ao longo do próprio período. Por outro lado, verifica-se que em alguns anos a meta ficou bem próxima do limite superior, especialmente em 2008 quando a crise econômica exerceu todos os seus efeitos.

Tabela 1: Evolução de Indicadores Macroeconômicos. Brasil, 2001-2010

Indicador/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Inflação	7.7	12.5	9.3	7.6	5.7	3.1	4.5	5.9	4.3	5.3
PIB	1.3	2.7	1.1	5.7	3.2	4.0	6.1	5.2	-0.6	7.5
Dív.Liq/PIB	56.2	55.4	53.5	48.2	48.0	45.9	43.9	38.8	43.0	41.0

Fonte: IBGE, BC, Ministério da Fazenda

De um modo geral, pode-se dizer que no Brasil, independentemente dos mecanismos de controle da demanda agregada, a inflação depende fortemente dos preços dos bens importados e exportáveis em dólares; da taxa nominal de câmbio; do comportamento dos preços domésticos monitorados; e dos impactos do crescimento dos salários, especialmente do salário mínimo, sobre os setores produtivos.

Em termos de crescimento econômico, nota-se que a primeira década do Século XXI começou com taxas de crescimento muito baixas. Isso decorreu dos resultados do período anterior, quando a economia foi submetida a um intenso processo de ajuste estrutural, seguindo as concepções neoliberais vigentes à época. Esse ajuste se fez sentir nos últimos anos do Governo FHC (2001-2002) e no primeiro ano do Governo Lula (2003).

Após este período observa-se um crescimento vigoroso do PIB, mesmo que em meio à crise que afeta a economia mundial desde 2008. Esse movimento de forte crescimento das atividades econômicas, especialmente durante os dois mandatos do Governo Lula, pode ser explicado por dois fatores. No primeiro período (2003-2006) as exportações lideraram o crescimento econômico do país. Neste caso, deve-se frisar que o Brasil aproveitou bem o boom das commodities no cenário global, conquistando importantes espaços no comércio internacional.

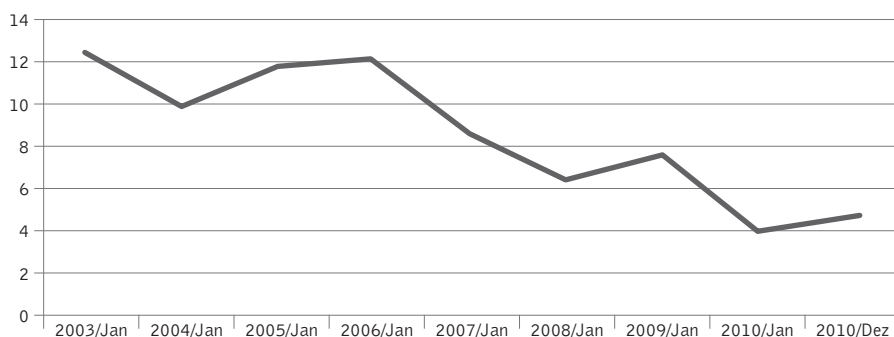
Já o segundo período (2007-2010) foi fortemente impactado pela expansão do mercado interno, sobretudo após a crise alimentar de 2007 e a crise econômica geral de 2008. Neste caso, deve-se destacar a importância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶, um conjunto de investimentos públicos em várias áreas que acabou impulsionando a demanda agregada. Além disso, registre-se a importância da política anticíclica adotada durante a crise, sobretudo a política de crédito aos setores produtivos e à população, a qual provou impactos decisivos sobre o mercado doméstico, elevando o nível geral do consumo interno. A somatória disso resultou num fato importante: o Brasil foi um dos últimos países a ser afetado pela crise global a partir de 2008 e um dos primeiros a sair dela. Os resultados

6 Esse é um programa de ações do Governo Federal em todas as unidades da federação visando melhorar a infraestrutura do país, especialmente nas áreas de energia, transporte, habitação e saneamento básico. Particularmente nas duas últimas esferas (habitação e saneamento) a situação do país é caótica, sobretudo em função das milhões de pessoas que vivem precariamente em favelas e sem qualquer condição de higiene. Na verdade, esta é uma ação planejada do Estado muito semelhante ao ocorrido durante o Plano de Metas (1955) e o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

bastante positivos em relação ao comportamento do PIB em 2010 comprovam essa trajetória. Com isso, o país encontra-se atualmente com elevada utilização da capacidade produtiva e contínua expansão do mercado doméstico que, em grande medida, deve-se aos estímulos creditícios e a própria redução dos juros.

O gráfico 1 mostra exatamente esse movimento de redução dos juros reais, cuja queda é expressiva a partir de 2005-2006. Todavia, deve-se registrar que se tornou quase unânime entre os analistas apontar o equívoco do Banco Central que elevou os juros em 2008-2009, demorando muito para retomar a trajetória de queda mais consistente que vinha sendo perseguida desde 2006. Em grande medida, essa barbearagem da política monetária também pode ser considerada como uma das responsáveis pela expressiva queda do PIB registrada no ano de 2009.

Gráfico 1: Taxa de Juros real no Governo Lula (2003-2010)



Fonte: FSP, Dez/2010

Ainda em relação à tabela 1, deve-se destacar a importante redução que ocorreu na relação Dívida Líquida/PIB. Em grande medida, essa redução foi possível devido aos fortes superávits primários (soma das arrecadações menos os gastos governamentais, exceto pagamento de juros) obtidos pelo governo ao longo de toda a década. Assim, a combinação entre aumentos dos superávits primários com reduções das taxas de juros possibilitou a redução continuada dessa relação, que foi de quase 20 pontos percentuais entre 2001 e 2010.

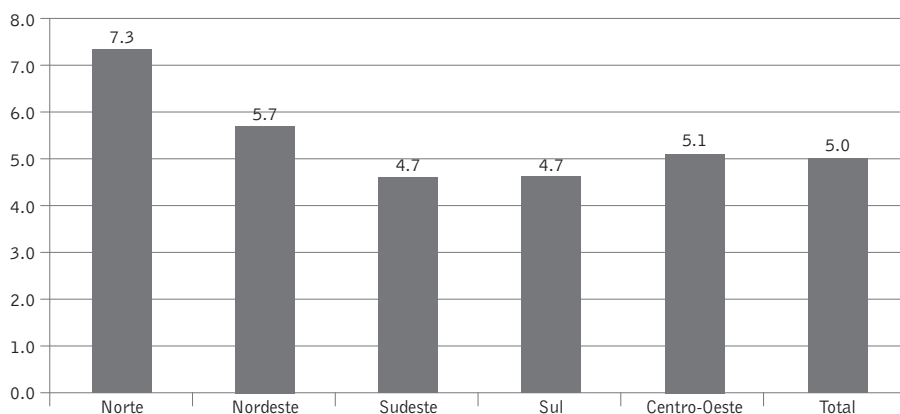
Registre-se que a relação Dívida/PIB voltou a crescer após 2008-2009, interrompendo uma trajetória que já se consolidava no cenário macroeconômico. Este aumento explica-se devido à forte apreciação cambial que vem ocorrendo desde aquele ano.

Essa nova estratégia brasileira – que alguns analistas estão denominando de modelo de consumo e de produção de massa – gerou efeitos sociais extremamente positivos, considerando-se a condição de vulnerabilidade social enfrentada por parcelas expressivas da população. Esse modelo está sendo analisado sob distintos pontos de vista. Neste texto vamos nos ater apenas aos temas do emprego, dos salários e da desconcentração da renda.

O gráfico 2 mostra um dos aspectos mais relevantes da primeira década do século XXI: a forte expansão do mercado de trabalho puxada pelos empregos formais, fato contrário ao ocorrido durante a última década do século anterior. Naquele período ocorreu elevada precarização das relações de trabalho devido ao alto grau de informalidade das mesmas.

Ao longo de toda década foram criados aproximadamente 15 milhões de empregos, sendo a grande maioria deles durante os dois mandatos do Governo Lula. Ao mesmo tempo, ocorreu uma forte redução das taxas de desemprego, especialmente nas regiões metropolitanas do país. Paralelamente a isso, observa-se pela primeira vez que as regiões Norte e Nordeste assumem a dianteira no processo de geração de novas oportunidades de trabalho, anteriormente circunscritas e condicionadas pelas atividades econômicas das regiões Sul e Sudeste.

Gráfico 2: Crescimento percentual anual do Emprego Formal no país e nas grandes regiões. 2002-2010



Fonte: MTE

Esse movimento no mercado de trabalho foi potencializado pela política de valorização do salário mínimo, a qual teve um aumento real da ordem de 74% entre os anos de 2003 e 2010. Este é um fato relevante na questão funcional da renda, considerando-se que mais de dois terços da População Economicamente Ativa (PEA) do país se situa na faixa de até 4 salários mínimos mensais.

Em termos absolutos, nota-se que o salário mínimo passou de R\$ 340,00 (2001), para R\$ 351,00 (2003). Mas foi a partir de 2006 que ele passou a ter fortes ganhos reais, fechando o ano de 2010 com valor de R\$548,00. Registre-se que no último ano do Governo Lula foi aprovada a política de valorização dessa referência salarial até o ano de 2014, rompendo-se com uma tradição anual de definição do seu valor por parte do Congresso Nacional.

Obviamente que esses aspectos provocaram efeitos positivos sobre uma questão crucial: a concentração de renda. Assim, verifica-se que no período entre 2002-2007 a renda familiar per capita no Brasil cresceu a uma taxa de 5,4% ao

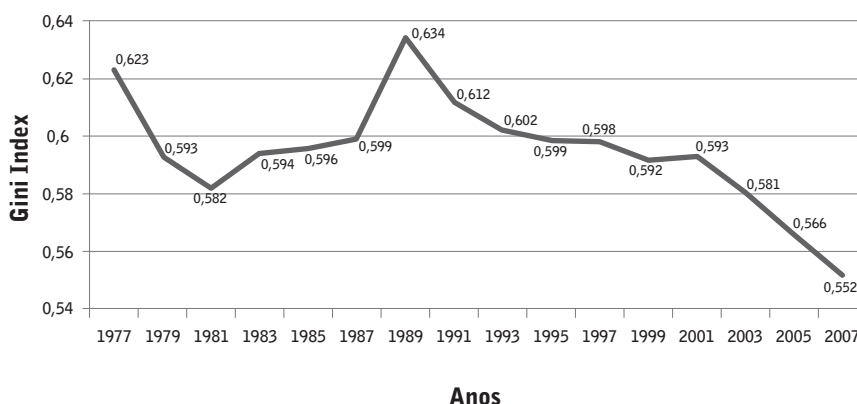
ano. Mas o mais importante é que a renda das famílias mais pobres cresceu mais comparativamente a renda das famílias mais ricas: 9% e 4%, respectivamente.

Mesmo assim, observa-se que a desigualdade na distribuição da renda no Brasil continua muito elevada, uma vez que a parcela da renda apropriada pelos 10% mais ricos do país representa mais de 40% da renda total. Do outro lado, a metade mais pobre da população se apropria de apenas 15% da renda total. É justamente esta apropriação desigual da renda entre as diferentes camadas sociais que faz com que o Coeficiente de Gini se mantenha num patamar bastante alto, comparativamente aos padrões internacionais.

O gráfico 3 mostra as informações relativas à evolução da desigualdade da renda familiar per capita no Brasil ao longo dos últimos 30 anos (1977 a 2007), de acordo com o Coeficiente de Gini. Partindo de um patamar extremamente elevado no primeiro ano da série (0,623), observamos que somente após o ano de 2001 essa variável começou a apresentar uma tendência de queda, atingindo seu menor valor (0,552) no ano de 2007.

Registre-se, ainda, que o valor médio do coeficiente no período considerado situou-se na faixa de 0,587. Esta faixa somente apresentou valores inferiores após o ano de 2002.

Gráfico 3: Desigualdade de renda familiar per capita no Brasil, Gini Index (1977-2007)



Fonte: Estimativas baseadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios no período de 1977 a 2007

Na primeira década do século XXI nota-se que o grau de desigualdade da renda do país caiu de 0,593, em 2001, para 0,552, em 2007, o que correspondeu a uma taxa de redução média anual de 1,2%. Este movimento é importante, uma vez que a redução da desigualdade tem um efeito direto sobre o nível de pobreza, ao aumentar o percentual da renda dos mais pobres e inverter o comportamento da renda das parcelas mais ricas da sociedade.

Não se pode deixar de mencionar o papel decisivo dos programas de transferência de renda no processo de redução da desigualdade e da pobreza. Particularmente,

deve-se destacar o Programa Bolsa Família, que em 2011 atendeu mais de 13 milhões de famílias, e a Previdência Social, cujas transferências mensais dinamizam a economia de uma parcela expressiva de pequenos municípios no interior do país⁷.

Mesmo com todos esses avanços verificados nesta primeira década do Século XXI, o Brasil ainda é um país que tem um passivo social enorme devido às suas características históricas. Em um mundo que cada vez mais caminha em direção à constituição de uma sociedade do conhecimento, a questão educacional é crucial. Neste quesito, especificamente, o país patina, uma vez que o grau de escolaridade da maioria da população continua extremamente baixo quando comparado aos padrões internacionais.

Este aspecto é ainda mais grave quando se considera o quesito racial, uma vez que a escolaridade de pais e filhos negros é muito inferior em relação aos brancos, segundo apontou pesquisa recente do IBGE. Para se ter idéia da dimensão desse problema, basta observar que pais negros com 12 anos ou mais de escolaridade representavam menos de 3% de seu universo, enquanto que pais brancos com 12 anos ou mais de estudo atingiam 10% do total. Na questão dos filhos as informações são mais preocupantes. Por exemplo, um em cada dez filhos negros completou o ensino médio, ao passo que um em cada quatro filhos brancos completou esse mesmo nível de escolaridade.

Esse aspecto aliado à questão da qualidade educacional brasileira parece realçar que os desafios do país na esfera social ainda são enormes, em especial nas áreas de saúde, educação, habitação e saneamento básico, esferas essas que continuam com baixa prioridade também no âmbito do padrão de desenvolvimento anteriormente mencionado.

Um modelo econômico exportador de *commodities* e baseado no uso intensivo dos recursos naturais

Nesses últimos anos vem se consolidando no Brasil um modelo econômico fortemente atrelado ao circuito internacional das *commodities* primárias baseado no uso intensivo dos recursos naturais, tanto as de natureza agropecuária como aquelas oriundas das atividades extrativas minerais. Com isso, o país adentrou ao Século XXI como um dos grandes exportadores mundiais, porém sem uma inserção internacional competitiva, particularmente na esfera de produtos industriais de alta e média intensidade tecnológica.

Ao final do ano de 2011 as autoridades econômicas governamentais comemoram a obtenção de mais um recorde, uma vez que as exportações

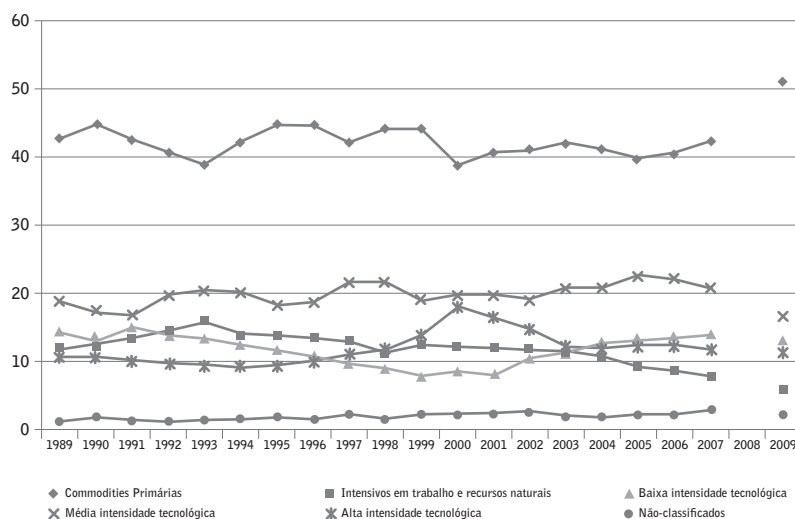
7 Esse é um programa de ações do Governo Federal em todas as unidades da federação visando melhorar a infraestrutura do país, especialmente nas áreas de energia, transporte, habitação e saneamento básico. Particularmente nas duas últimas esferas (habitação e saneamento) a situação do país é caótica, sobretudo em função das milhões de pessoas que vivem precariamente em favelas e sem qualquer condição de higiene. Na verdade, esta é uma ação planejada do Estado muito semelhante ao ocorrido durante o Plano de Metas (1955) e o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

superaram as importações do país em mais de 30 bilhões de dólares. Todavia, registre-se que esses saldos expressivos continuam sendo dominados por dois tipos de produtos: commodities agropecuárias e produtos oriundos da exploração dos recursos naturais. Com isso, consolida-se no país uma característica dominante das relações comerciais embasada nas exportações de produtos com baixos índices tecnológicos.

O gráfico 4 revela a continuidade deste padrão de especialização comercial, cujos impactos já estão sendo sentidos em diversos setores industriais naquilo que passou a ser denominado recentemente nos meios jornalísticos de “reprimarização” da economia brasileira, dada a dimensão da superioridade das commodities primárias no quantum exportado.

No ano de 2011 a balança comercial brasileira apresentou um de seus maiores saldos positivos da história. Com isso, a participação das matérias-primas básicas aumentou, sendo que este segmento respondeu por 52% do total das vendas do país naquele ano. Assim, dos US\$ 256 bilhões obtidos em 2011 com o comércio para o exterior, US\$ 132 bilhões diziam respeito ao setor de commodities de uso intensivo dos recursos naturais. Neste caso, destacam-se o minério de ferro – responsável por 13% das exportações totais do país -; petróleo bruto; carnes, soja, café e açúcar.

Gráfico 4: Exportações (FOB) por intensidade tecnológica. Brasil-1989-2009



Fonte: Mattos & Jaime Jr (2011)

No caso das áreas rurais, nota-se a grande participação do setor de grãos, particularmente da soja, na pauta das exportações, bem como do setor pecuário devido ao expressivo papel das aves, suínos e bovinos no quantum exportado. O resultado desse processo tem conseqüências políticas, uma vez que “os ruralistas” geradores de expressivos saldos comerciais ampliaram seus poderes de barganha no Congresso Nacional.

Já os setores minerais extrativos ampliaram seus papéis no cenário político interno após a consolidação de espaços comerciais mundiais decorrentes do uso intensivo em recursos naturais. Destacam-se aqui as explorações de minérios de ferro, alumínio, zinco, cobre e metais preciosos em diversas regiões do país com profundos impactos sociais e ambientais.

Para dar vazão a este ímpeto explorador de recursos naturais é necessário que as atividades econômicas sejam dotadas de uma infraestrutura adequada, especialmente no campo energético. Daí a razão da retomada da construção de grandes hidrelétricas em vários estados do país. Neste caso, merecem destaque as usinas de Belo Monte, Santo Antônio, Jirau, Santo Antônio do Jari, Ferreira Gomes, Teles Pires, Estreito, São Salvador e Luis Eduardo Magalhães (antiga Lajeado), a grande maioria delas localizada na região Amazônica.

Sabe-se que esta é uma região que possui vários obstáculos naturais com impactos diretos sobre o custo dessa energia que será gerada. Assim, a densa floresta, os rios enormes e caudalosos, a complexidade da fauna e flora amazônicas, a falta de infraestrutura, a necessidade de correntes alternadas para longas distâncias, e as perdas de transmissão devido às características do empreendimento são fatores que certamente irão expandir, não somente os custos da obra, mas os preços do produto final.

Mais uma vez observa-se que o grande capital privado está sendo beneficiado, isto porque o Governo Federal, para atrair investidores nestas obras, disponibilizou um conjunto de benesses, destacando-se a redução de 75% do imposto de renda pelo período de uma década aos consórcios vencedores responsáveis pelas obras e a concessão de financiamentos em condições extremamente favoráveis. Por outro lado, na Usina de Belo Monte foi adotada uma baixa Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) que não cobrirá o custo de transmissão da energia gerada para a região Sudeste do país.

Em síntese, a forma atual utilizada pelo Governo Federal para implantar esses grandes projetos energéticos repete os mesmos procedimentos da era do “nacional-desenvolvimentismo” do pós-guerra, quando o Estado aportava os recursos públicos e o capital privado retirava as benesses dos empreendimentos. Os atrativos percentuais de desconto do imposto de renda são os melhores indicativos para se analisar parte das contradições do atual modelo brasileiro.

Considerações finais

nos últimos anos tornou-se voz corrente enaltecer o Brasil e seu atual modelo de desenvolvimento econômico, especialmente após os resultados apresentados pelo país em tempos difíceis e com crises que tomam conta de praticamente todas as nações. E a recente divulgação de previsões do ranking econômico mundial turbinou ainda mais este debate em prol do “país potência”, a partir dos dados recentes do PIB.

De fato, tomando-se o ano de 2000 em diante como referência, nota-se que em termos reais o Brasil cresceu bem mais que a média européia e do próprio

Reino Unido. Se as diferenças já eram grandes até 2006, a partir de 2007 elas se tornaram ainda maiores. Assim, entre 2006 e 2011 nota-se que o Brasil cresceu 28%, enquanto os países europeus, fortemente afetados pela crise, cresceram apenas 5,7% e o Reino Unido 2,9%.

Nestas contas, todavia, devemos considerar outros indicadores que talvez espelhem melhor a realidade, de forma a não permitir que sejamos tolhidos pelas aparências. Por exemplo, para se avaliar a verdadeira riqueza de um país o PIB *per capita* é um indicador mais adequado. Neste caso, observa-se que o Brasil possui um valor de US\$ 8.300 por habitante/ano, enquanto o valor do PIB *per capita* do Reino Unido é de US\$ 43.700 habitante/ano. Isso nos diz que ainda serão necessárias muitas décadas de avanços para se chegar a uma situação confortável e de país desenvolvido como aquela revelada pelo Reino Unido.

Por isso é fundamental ser realista e não sucumbir ao ufanismo que vem sendo cultivado nos últimos tempos. Um dos caminhos para isso é tentar desvendar algumas contradições existentes no atual modelo brasileiro. Em primeiro lugar, é necessário deixar claro que a atual política econômica, ao mesmo tempo em que consegue manter a estabilidade macroeconômica do país, continua sendo extremamente lenta no enfrentamento da histórica desigualdade social brasileira.

Vejamos um exemplo elementar. É inegável o papel das transferências monetárias sociais – conforme destacamos neste texto – no sentido de reduzir as desigualdades. Todavia quando se compara as dimensões das distintas ações percebe-se a quem de fato a atual política macroeconômica está beneficiando mais. Para atender 13 milhões de famílias pobres no ano de 2011 o programa Bolsa Família gastou cerca de R\$ 11 bilhões, enquanto que o Governo Federal pagou somente de juros aproximadamente R\$ 170 bilhões, o que comprova que a atual política estimula a elevação de ganhos da classe rentista através das taxas de juros, ou seja, é a classe rica – detentora dos títulos públicos – a que mais está tirando proveito do atual sistema econômico-financeiro brasileiro.

Outra contradição aparente diz respeito ao papel dos agentes econômicos vinculados ao boom de commodities primárias. Neste caso, destaca-se que o setor rural exportador é outro grande beneficiado pelo atual modelo primário exportador, uma vez que vem expandido enormemente sua riqueza, sendo que parte dela está imobilizada em terras, razão pela qual o Brasil continua figurando entre os países com as maiores taxas de concentração da propriedade fundiária do mundo. Somado a isso, registra-se um problema correlato a esse processo: nos últimos anos ocorreu uma enorme evolução do preço das terras em todas as regiões do país.

Finalmente, registre-se a importância de atentar para o fato de que a propalada distribuição de renda – que de fato vem ocorrendo conforme mencionamos anteriormente – não deve ser considerada como universal, uma vez que as bases de dados usadas para calcular essa redução dizem respeito apenas à renda do trabalho, praticamente não existindo no Brasil nenhum indicador relativo à renda do Capital, ou seja, não existe um acompanhamento oficial da evolução da renda dos capitalistas no país, apenas mensura-se a renda do trabalho.

A partir disso pode-se dizer que, se no passado o nacional-desenvolvimentismo foi implantado um modelo de crescimento econômico cujo resultado mais visível foi a geração de exclusão social, o modelo desenvolvimentista atual começa a promover a inclusão social, porém às custas de um uso intensivo dos recursos naturais (terras, jazidas minerais, reservas de petróleo, florestas nativas, água, etc.), o que certamente afetará as gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco Central do Brasil (BC). Boletim Focus (diversos números).
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes). Boletim Visão do Desenvolvimento (diversos números).
- Fundação Heinrich Böll. “Nunca antes na história desse país”... ? um balanço das políticas do Governo Lula. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Heinrich Boll, 2011, 152p.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicados do IPEA (diversos números).
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Carta de Conjuntura (diversos números).
- MATTEI, L. Gênese e agenda do Novo Desenvolvimentismo brasileiro. Anais do IV Encontro brasileiro da AKB. Rio de Janeiro (RJ): AKB, 2011.
- MATTOS, F.A.M., JAIME JR, F.G. Ganhos sociais, inflexões na política econômica e restrição externa. In: Economia & Tecnologia, ano 7, volume especial, 2011.
- Ministério da Fazenda. Boletim Economia Brasileira em Perspectiva (diversos números).
- Revista Carta Capital. Ano XVII, nº 678, Edição Especial, Dezembro de 2011.
- Universidade Federal do Paraná. Boletim Economia & Tecnologia, Ano 7, volume especial, 2011.